



PERSPECTIVAS FEMINISTAS APLICADAS ÀS SEXUALIDADES DISSIDENTES: ESTÁ A MULHER PARA A HOMOSSEXUALIDADE COMO O HOMEM PARA A HETEROSSEXUALIDADE?

Bruno Rafael Alves Correia

Universidade Federal de Pernambuco. brunorafael.correia@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo, partindo de perspectivas teóricas feministas, traçar um paralelo entre a questão da desigualdade de gênero e a hierarquização das sexualidades. Partiu-se, portanto, de uma perspectiva de estudos relacionada a “gênero” para uma voltada às sexualidades e sua normatização. De modo a embasar a hipótese ventilada no título do trabalho, buscou-se, por meio da análise de quatro chamadas jornalísticas extraídas de sites e portais de considerável visibilidade na internet, demonstrar como a identidade homossexual — e dos demais dissidentes da heterossexualidade — é vista como “a outra”, constituindo-se como marcador em contextos que não dizem respeito, a priori, à orientação sexual ou à identidade de gênero, subsidiando a manutenção da heteronormatividade social e da desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Feminismo, Gênero, Homossexualidade, Heteronormatividade, Internet.

INTRODUÇÃO

Diz-se, em termos de direitos humanos no ocidente, que a última trincheira a ser trespassada é a da sexualidade, englobadas aqui a garantia aos direitos reprodutivos das mulheres e o reconhecimento de direitos civis à população LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e outras categorias que não se enquadram dentro de uma moldura heteronormativa). Neste sentido, estamos vivendo um momento histórico único de luta por equiparação de direitos, incluídas dentro dessa conjuntura, especificamente em nosso país, uma movimentação de mulheres contra o avanço conservador provocado, entre outros

fatores, pela eleição do Congresso Nacional mais conservador desde 1964.

Não obstante o que se vê em países africanos ou do eixo oriental médio, exemplos da dificuldade enfrentada na internacionalização dos direitos humanos, temos assistido ao debate e à conquista de alguns direitos ligados à sexualidade, corolários das lutas de feministas, tais quais o do casamento igualitário, leis que garantam o reconhecimento da identidade de gênero, a criminalização da homofobia e o avanço de políticas públicas e de ações afirmativas visando a equiparação de direitos e representatividade entre homens e mulheres.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Desta sorte, ao voltarmos o nosso olhar especificamente para a América Latina, aqui entendida como um conjunto de países que compartilham não só de proximidade territorial, mas, em certa medida, de uma identidade cultural conjunta, que se revela paralela à identidade própria de cada um dos estados soberanos — fruto de históricos de colonização e formação diversos — procuramos compreender como se dá a atuação das teóricas feministas do continente. Em que termos, destarte, a construção dos conceitos de gênero e as teorias vêm evoluindo e se distanciando dos seus referenciais europeus e qual o impacto disso na vida das mulheres?

A América Latina - e seus Estados - carrega em si mais elementos em comum do que se imagina. Evidentemente que isto pode ser explicado através da formação social, cultural, histórica e política que o continente sofreu desde o período das grandes navegações passando pelo processo de colonização, independência política, golpes militares, até a redemocratização de seus regimes de governo. Esta tal “identidade latino-americana partilhada” serve aqui, de forma simultânea, como ponto de partida e de problemática, vez que podemos, ao mesmo tempo, imaginar um feminismo latinoamericano, não poderemos desconsiderar as especificidades, notadamente

as ligadas às questões interseccionais, de cada país integrante do continente. Na perspectiva de Francesca Gargallo (2008):

El ideario que sostiene al feminismo latinoamericano es fruto, como todas las ideas políticas antihegemónicas, de un proceso de identificación de reclamos y de prácticas políticas que han variado durante su historia. La participación de comuneras, criollas e indígenas en la lucha contra el colonialismo fue amplia, pero no reconocida, y el triunfo de los liberales en la mayoría del continente no redundó en el reconocimiento de la igualdad de las mujeres. El racismo heredado de la Colonia no permitió que las mujeres se reconocieran como tales, sino las relegó a categorías ligadas tanto a la clase de procedencia como a la pertenencia étnica: blancas, mestizas, indias y negras no compartían cosmovisiones ni espacios sociales, sólo el maltrato masculino que, en el caso de las últimas, sumaba la violencia machista y la violencia racista.



E a seguir prossegue:

Una visión histórica de las ideas feministas toma en cuenta las condiciones en que se formaron y los diversos aportes culturales, filosóficos y políticos de que se nutrieron. Tal y como el comportamiento "digno" o "educado" de las sufragistas del siglo XIX, el conservadurismo feminista del siglo XX es incomprendible sin un análisis cruzado de los afanes de liberación generalizados de pueblos traicionados por la emancipación colonial y por el nacionalismo revolucionario brotado de la Revolución Mexicana, de las ideas religiosas de comunidades de base educadas por la Teología de la Liberación, de los ideales autonómicos universitarios, del antiimperialismo populista y socialista y de la falta de autonomía e independencia del sistema del movimiento feminista, tal y como lo señala repetidamente Margarita Pisano.

A partir de uma perspectiva de estudos relacionada a “gênero” para uma voltada às sexualidades e sua normatização, como situar as produções feministas locais em busca de uma desestabilização, em médio e longo prazos, da atual manutenção da heteronormatividade social? Ora, um dos principais objetivos dos estudos de gênero, ligados aos estudos feministas, na atualidade, constitui-se na tentativa de desconstrução da heteronormatividade, aqui entendida como o modelo compulsório-coercitivo estabelecido em nossa sociedade, corolário das diferenças entre os gêneros, que visa impor um determinado modelo de como as pessoas devem se relacionar no que diz respeito ao seu gênero, afeto e para além. Sobre o conceito de heteronormatividade, Louro (2009) constrói uma definição bastante ilustrativa em seu artigo “Heteronormatividade e Homofobia” ao discorrer:

Esse alinhamento (entre sexo-gênero-sexualidade) dá sustentação ao processo de heteronormatividade, ou seja, à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual. Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado. Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. Ainda que se reconheça tudo isso, a atitude mais frequente é a desatenção ou a conformação. A heteronormatividade só vem a ser reconhecida como um processo social, ou seja, como algo que é fabricado, produzido, reiterado, e somente passa a ser problematizada a partir da ação de intelectuais ligados aos estudos de sexualidade, especialmente aos estudos

gays e lésbicos e à teoria Queer (LOURO, 2009).

Encontram-se para a sua defesa e permanente naturalização justificativas advindas das mais variadas estirpes: biológica, moral, religiosa e, inclusive, acadêmica. Temos como exemplo desta última a chamada doutrina perfeccionista, que prega as relações heterossexuais como objetivo a ser alcançado — em detrimento de outras formas humanas de viver a sexualidade — como forma de aperfeiçoamento do estado Estado e da sociedade, sendo a única capaz de gerar reprodução. Gayle Rubin (2000) ilustra bem a questão, ao tratar da estratificação social baseada nos comportamentos sexuais, criticando os critérios que são utilizados para classificar determinadas sexualidades como preferíveis:

This notion of a single ideal sexuality characterizes most systems of thought about sex. For religion, the ideal is procreative marriage. For psychology, it is mature heterosexuality. Although its content varies, the format of a single sexual standard is continually reconstituted within other rhetorical frameworks, including feminism and



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

socialism. (RUBIN, 2002,
p. 204).

Dentro deste espectro, diversas estudiosas e estudiosos da temática de gênero têm se debruçado sobre a desconstrução dos paradigmas heteronormativos, mas antes destes, sendo historicamente precedentes, das diferenças de gênero. Pode-se dizer que o marco filosófico para esta desconstrução seria a passagem do paradigma europeu essencialista, para uma perspectiva, acompanhada da virada linguística, pós-estruturalista, não etnocêntrica, na qual se destacam Lévi-Strauss (1958) e Michel Foucault (1984) como observadores da realidade social através das inter-relações empenhadas pelos sujeitos, extraindo significado através das estruturas que as acompanham.

A partir deste ponto temos a compreensão do binarismo sexo/gênero como decorrência do binarismo essencialismo/construtivismo social, que nada mais é do que a oposição entre natureza e cultura. Como diria Joan Scott (1986) sobre um dos possíveis significados da expressão gênero:

Its use explicitly rejects biological explanations, such as those that find a common denominator for diverse forms of female

subordination in the facts that women have the capacity. to give birth and men have greater muscular strength. Instead, gender becomes a way- of denoting "cultural constructions"- the entirely. social creation of ideas about appropriate roles for women and men. It is a way of referring to the exclusively social origins of the subjective identities of men and women. (SCOTT, 1986, p. 1056).

Nesta mesma linha, Linda Nicholson descreve:

On one hand, gender was developed and is still often used as a contrasting term to sex, to depict that which is socially constructed as opposed to that which is biologically given. On this usage, gender is typically thought to refer to personality traits and behavior in distinction from the body. Here, gender and sex are understood as distinct. On the other hand, gender has increasingly become used to refer to any social construction having to do



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

with the male/female distinction, including those constructions that separate female bodies from male bodies. (NICHOLSON, 1994, p. 79).

Judith Butler (1999), considerada pós-estruturalista e uma das pensadoras da Teoria Queer, vai além e questiona a significação do próprio corpo:

Are the ostensibly natural facts of sex discursively produced by various scientific discourses in the service of other political and social interests? If the immutable character of sex is contested, perhaps this construct called “sex” is as culturally constructed as gender; indeed, perhaps it was always gender, with the consequence that the distinction between sex and gender turns out to be no distinction at all (BUTLER, 1999, p. 10).

Alinhando-nos com a proposta descolonial do trabalho, Francesca Gargallo nos traz:

Los géneros son construcciones sociales que, con base en los genitales de un cuerpo humano, transforman ese cuerpo en sexuado (eso es,

destinado a la reproducción) y asignado a un sistema jerárquico que inferioriza lo femenino y descarta cualquiera opción que no sea el reconocimiento de ser hombre o mujer (asignación forzada de un género a toda intersexualidad, y desnaturalización de la misma). La superioridad del hombre es por tanto una compleja construcción cultural que se absolutiza en todos los países dominados por la cultura que la produce. A la vez, esta construcción tiene características parecidas al racismo de la conquista y a la esclavización de los vencidos, de tal forma que sistema de géneros y guerra, sistema de géneros y colonialismo se acompañan y refuerzan uno a otro, porque tienen un mecanismo de jerarquización común en su base.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Pode-se dizer que Richard Rorty inaugura o pensamento pós-moderno com o lançamento de sua obra “A Filosofia e

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

o Espelho da Natureza” e a edição de “A Virada Linguística”. Apesar de demonstrar certa dificuldade em se assumir um autor pós-moderno, por assim dizer, Rorty pode ser considerado o maior nome da filosofia pragmatista, pensamento que vem no esteio dos movimentos que negam o universalismo/realismo como, por exemplo, o pós-estruturalismo no campo eminentemente sociológico ou o construcionismo social na seara epistemológica. O movimento comumente chamado de “virada linguística” é importante para compreendermos os objetivos de Rorty ao tratar do feminismo e da sua visão de como a filosofia pragmatista possui muito mais a contribuir com os novos rumos do movimento do que uma visão universalista/realista.

O texto de Rorty, retirado de uma palestra ministrada pelo filósofo, inicia-se, propositadamente, com um questionamento de Catherine MacKinnon, que apresento no original, para melhor compreensão do que o autor pretende discutir:

When two women ascended to the Supreme Court of Minnesota, Catherine MacKinnon asked, **“Will they use the tools of law as women, for all women?”** She continued as follows: I think that the real feminist issue is not whether biological males

or biological females hold positions of power, although it is utterly essential that women be there. And I am not saying that viewpoints have genitals. My issue is what our identifications are, what our loyalties are, who our community is, to whom we are accountable. If it seems as if this is not very concrete, I think it is because we have no idea what women as women would have to say. **I’m evoking for women a role that we have yet to make, in the name of a voice that, unsilenced, might say something that has never been heard** (grifos nossos).

A discussão que o autor propõe toma lugar no questionamento acerca da ascensão de duas mulheres à Suprema Corte de Minnesota, algo inegavelmente positivo em termos gerais para o movimento feminista, pela já ultrapassada questão da necessidade e da relevância de visibilidade e representatividade feminina nos espaços de poder. Ainda que a chegada destas mulheres a um lugar de destaque seja, como fato isolado, algo positivo em termos de equidade de gênero, questiona-se MacKinnon se estas mulheres irão falar em nome das mulheres e, indo além, questiona o que seria falar em nome das mulheres dentro de um sistema que



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

busca a igualdade entre os gêneros, mas que é invariavelmente baseado na oposição ao modelo masculino. E mais: dentro de uma perspectiva mais ampla, estas mulheres falam em nome de mulheres africanas ou latinoamericanas?. Ainda existe o mito de que o(s) feminismo(s) seria(m) uníssono(s) e as demandas iguais para todas as mulheres americanas e não americanas?

Em outras palavras, ao longo do texto, Rorty defenderá que a filosofia pragmatista, diferentemente das outras estratégias teórico-filosóficas utilizadas pelo movimento feminista, pode oferecer respostas mais satisfatórias e instrumentalizar de forma melhor esta luta histórica, por meio da criação de uma linguagem – não necessariamente formada por vocábulos novos – própria das mulheres.

Ao propor e conclamar as mulheres, em outras palavras, a dizer o que ainda está por ser dito, questiona a autora citada por Rorty, não de forma depreciativa, mas em forma de constatação, que a luta feminista travada até então, protagonista de várias conquistas, ainda se encontra emoldurada por uma oposição a um sistema androcêntrico, sendo que, para que tome lugar uma forma de emancipação completa, o movimento feminista precisaria sair deste sistema e conhecer algo até então não experimentado, um modelo – e sugere Rorty

que seja de códigos linguísticos, a exemplo das poesias feitas por mulheres no passado – desvinculado da oposição ao masculino.

Aqui podemos fazer uma analogia em relação às discussões trazidas por Louro (2008) sobre a perspectiva de algumas feministas que defendem, por exemplo, escolas apenas para mulheres, espaços em que estes códigos linguísticos poderiam ser criados. Escreve Louro:

Para algumas feministas, a crítica às formas convencionais de educação escolar levou ao questionamento das escolas co-educativas, ou seja, com base em suas observações, elas recomendam um retorno às escolas separadas por gênero. Essas feministas acreditam que em tais escolas as meninas/mulheres teriam mais oportunidades de liderança e de expressão, receberiam — necessariamente — mais atenção das professoras e não seriam antecipadamente rotuladas como mais ou menos capacitadas ou hábeis para determinadas áreas. A ausência dos meninos, na opinião destas estudiosas,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

diminuiria a tendência de que as meninas se comportassem conforme os estereótipos de seu gênero. Certas feministas radicais, como relata Madeleine Arnot (apud Tyack e Hansot, 1992, p. 286), se posicionaram contra as escolas mistas por acreditarem que "elas são o principal meio de reproduzir as relações patriarcais de dominação". Na verdade, elas responsabilizaram diretamente a presença dos garotos pela "baixa auto-percepção das garotas, a baixa performance acadêmica e o tradicional estreito interesse feminino pela escola". No entanto, a mesma Madeleine Arnot observa que esta "solução" (de escolas separadas) não responde ao problema de como educar os meninos/homens para a transformação das atuais relações de gênero ou como mudar atitudes masculinas preconceituosas em relação às mulheres. Neste sentido, 111 diz ela, permanece a questão: "atitudes patriarcais e sexistas se constituem num

problema feminino ou masculino?" Como podemos perceber são candentes as questões, bem como são muitas e variadas as estratégias que pretendem lidar com as desigualdades. Não tenho a pretensão de apresentar ou discutir aqui essas diferentes estratégias. Contudo, parece-me importante que observemos, ainda que de forma breve, algumas características das propostas educativas classificadas, genericamente, como constituintes da "pedagogia feminista", seja pela visibilidade que essas adquiriram em algumas sociedades, seja pelo caráter de "modelo" que assumiram.

Feitas estas considerações iniciais, em seu texto "Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura", de cuja estrutura se apropria em parte este artigo em seu título, Sherry B. Ortner (1979) busca explicar o papel secundário da mulher em relação ao homem, visto este sempre como o humano, o geral, a regra, o criador cultural, enquanto a mulher é sempre enxergada através das lentes da



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

diferença, sempre aproximada da natureza por conta de sua constituição biológica voltada à reprodução e ocupante histórica de espaços sócio-culturais muito mais limitados que os dos homens, tais qual o lar e o privado.

Note-se, no entanto, que apesar do empréstimo da analogia, este trabalho, por meio de sua abordagem, pretende demonstrar, analisando quatro manchetes extraídas de grandes portais e meios de comunicação virtuais, que, no caso das identidades heterossexuais e homossexuais, a relação encontra-se em posição levemente diferente – ainda que mantida a mesma lógica hierárquica - da que nos é dada por Ortner em relação ao homem e à mulher, se pensarmos em termos hegemônicos. Explica-se: defende-se que a identidade heterossexual estaria para a natureza porque ela é vista como algo inato, enquanto a homossexualidade é vista como desvio. O conceito de heterossexualidade compulsória é forjado para tentar explicar esse fenômeno. A esse respeito, Colling e Nogueira (2014) em recente texto vão afirmar:

A heterossexualidade compulsória consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como única forma considerada normal

de vivência da sexualidade. Essa ordem social/sexual se estrutura através do dualismo heterossexualidade versus homossexualidade, sendo que a heterossexualidade é naturalizada e se torna compulsória. Isso ocorre, por exemplo, quando buscamos as causas da homossexualidade, um fetiche vigente ainda hoje inclusive entre militantes e pesquisadores que se dizem pró-LGBT. Ao tentar identificar o que torna uma pessoa homossexual, colocamos a heterossexualidade como padrão, como um princípio na vida humana, do qual, por algum motivo, alguns se desviam (COLLING e NOGUEIRA, 2104).

Como não se admite, sobretudo nas correntes religiosas, que o desvio seja de ordem biológica — o que seria admitir que a divindade cometeu um erro — certamente esta “anomalia” adviria de condições culturais (ou estruturais) inadequadas a que foi submetido determinado indivíduo, deixando clara a diferença entre a analogia feita por Ortner (Mulher/Natureza; Homem/Cultura) e a que se pretende aqui



(Heterossexual/Natureza;
Homossexual/Cultura).

Neste sentido, os homossexuais ou qualquer orientação ou identidade que desafie os padrões estabelecidos de ordem heteronormativa, são vistos como “o Outro”, conforme outro empréstimo que tomamos a partir do trabalho de Susan Bordo “A Feminista como o Outro” (2000). No citado artigo, a autora nos propõe uma reflexão acerca do descrédito dado dada à história das mulheres e às produções científicas feitas por mulheres, relacionadas ou não à temática feminista, em relação às produções científicas feitas por homens, sempre dotadas de caráter geral e norteador e nunca setorizadas e embalsamadas sob o túmulo de produções feministas e/ou para mulheres. Citando Jane Flax, Bordo ataca a questão:

Apesar da retórica do “ler como uma mulher” ou do deslocar o “falocentrismo”, os pós-modernos não estão cientes da natureza profundamente genderizada de suas próprias formas de contar e interpretar a história ocidental e as estratégias que eles opõem às grandes narrativas dessa história. Os pós-modernistas ainda honram o Homem como

único autor e principal personagem dessas histórias, mesmo que esse Homem esteja morrendo, seu tempo se esgotando. Eles recontam a história contemporânea do ocidente dentro e através das histórias das três mortes — a do Homem, a de (sua) História e a da (sua) Metafísica. O que quer que as mulheres tenham feito durante todo esse tempo (já se tornando passado) está “do lado de fora” por definição e de acordo com as convenções narrativas deles (...). Essa ausência ou desaparecimento das mulheres concretas e das relações de gênero sugere a possibilidade de o pós-modernismo não ser apenas ou simplesmente oposto ao falocentrismo, mas “seu mais recente artifício (BORDO, ANO ????, p. ??).

Almeja-se traçar, neste caso, um paralelo entre essas duas contribuições inter-relacionadas no que se refere ao papel subalterno da mulher nas vivências sociais e a hierarquia reproduzida de forma semelhante no que concerne à heterossexualidade e às outras formas de agir sexualmente. Hierarquia



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

essa, como bem pontua Louro (2008) iniciada nos primeiros espaços de socialização como as escolas:

As condições de existência das instituições escolares e acadêmicas estão, certamente, em transformação (como de resto, por seu caráter histórico, estão todas as instituições sociais). A presença maciça das meninas e mulheres nas salas de aula (em algumas instâncias e níveis superando a presença masculina); a maior visibilidade dos sujeitos homossexuais e bissexuais e seu reconhecimento pela mídia; a imposição das discussões 119 sobre sexo e sexualidade, a partir da expansão da AIDS; o aumento das relações afetivas e sexuais fora do casamento formal; a extraordinária revolução das formas e meios de comunicação — todos esses e muitos outros processos estão atravessando a escola. Esses processos rompem antigas barreiras sociais, de tempo e de espaço, promovem contatos com múltiplos sujeitos, saberes,

modos de vida, comportamentos e valores, de formas antes impensáveis. Todas as instituições sociais são, necessariamente, afetadas por essas transformações; suas condições de existência alteram-se. Novas condições sociais podem, até mesmo, demonstrar que uma dada instituição é inviável, que já não há mais sentido em sua existência. Escolas e academias, em suas práticas, experimentam continuidades e descontinuidades, realizam deslocamentos e, eventualmente, rupturas. As denúncias, as questões e as críticas feministas, bem como aquelas vindas dos Estudos Culturais, dos Estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos também estão produzindo efeitos. Assim sendo, ainda que de formas talvez tímidas, vemos hoje em escolas brasileiras experiências e iniciativas que buscam subverter as situações desiguais — de classe, raça, gênero, etnia — vividas pelos sujeitos.



METODOLOGIA

Estes trabalhos teóricos apresentados serviram de inspiração à análise de como se dá o tratamento de certas notícias veiculadas em portais de comunicação quando o(a) ou os(as) protagonista(s) são pessoas homossexuais, bissexuais ou transsexuais e a diferença de tratamento das mesmas notícias, ou mesmo a improbabilidade de que o mesmo fato vire algo passível de ser publicado como notícia, se estamos falando de indivíduos heterossexuais (quando sequer esta condição é descrita), com vistas a argumentar em favor da noção de “outro” dos não heterossexuais.

Busca-se aqui uma análise de conteúdo (BARDIN, 2001) baseada nos discursos latentes que estão por trás de quatro chamadas jornalísticas. Optou-se, destarte, pela utilização de uma abordagem qualitativa, sem que se pretenda exaurir o significado dos objetos a partir de um aprofundamento relacionado à análise do discurso. Neste sentido, Joshua Gamson (2000) nos fala acerca da pertinência entre a abordagem qualitativa e os estudos das sexualidades:

Há muito tempo que o estudo sobre as sexualidades, de um modo geral, e sobre as homossexualidades, em particular, está estreitamente ligado à pesquisa qualitativa — a qual, como um ponto de partida geral que logo

conseguirei complicar, para mim significa um conjunto vago de práticas de pesquisa (etnografia e observação participante, entrevistas em profundidade, análise textual, pesquisa histórica, etc.), que se distinguem dos métodos quantitativos e que muitas vezes desconfiam das suposições epistemológicas do positivismo (...). (GAMSON, 2000, p. 346).

Neste passo, Gonsalves (2003, p. 68) ensina que “a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

Estabelecidos estes parâmetros, estas são as chamadas jornalísticas que serão analisadas:

- (i) “Casal homossexual suspeito de abusar de criança é preso.” Disponível em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/casal-homossexual-acusado-de-abusar-de-crianca-e-preso-em-sao-paulo-20120310.html>. Acesso em 21/04/2015;
- (ii) “Papa Francisco rejeita diplomata gay para embaixada no Vaticano.” Disponível em <http://www.brasilpost.com.br/2015/04/09/pap>



a-francisco-gay_n_7037894.html. Acesso em 21/04/2015;

(iii) “Casais gays contam como é a vida com um parceiro HIV positivo.” Disponível em <http://www.tribunadabahia.com.br/2013/12/09/casais-gays-contam-como-a-vida-sexual-afetiva-com-umparceiro-hiv-positivo>. Acesso em 21/04/2015;

(iv) “Travestis assaltam caminhoneiro e levam R\$ 200 em posto de Avaré.” Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetinga-regiao/noticia/2015/03/travestis-assaltam-caminhoneiro-e-levam-r-200-em-posto-de-avare.html>. Acesso em 21/04/2015.

RESULTADOS

Notemos o exemplo (i). É extremamente comum nos meios de comunicação a ênfase à orientação homossexual dos partícipes de determinada ação ou fato, sem que esta seja determinante para a atuação. O abuso a menores é ocorrência endêmica no Brasil, independentemente da orientação sexual dos autores. A adição do termo “homossexual” ao título da matéria de forma a diferenciá-la das demais e de isolar o fato dos abusos cometidos por casais ou pessoas heterossexuais — quando muitos destes

abusos sequer chegam à grande imprensa — denota a tentativa insidiosa de relacionar abuso infantil com homossexualidade, o que interfere diretamente no imaginário social acerca da possibilidade de adoção por casais homossexuais e à saúde mental dos menores que nascem em lares homoafetivos. O homossexual, neste caso, é o que não está para a natureza, assim como as pretensões e agendas que assumem.

No caso (ii), nós temos outro exemplo de como a orientação sexual é utilizada na chamada jornalística como forma de reforçar a heteronormatividade. Ainda que neste caso seja temerário desconsiderar a variante religião, comumente protagonista dos embates que envolvem a conquista de direitos civis pela população LGBT, deve-se levar em consideração que, muito provavelmente, em matéria que noticiasse qualquer outra rejeição de oficial diplomata, o motivo provavelmente restaria no corpo do texto, quando neste caso já nos aparece de pronto, como forma de naturalização, o fato de que o Papa não poderia aceitar um diplomata assumidamente gay para ocupar este posto no Vaticano. O “gay”, neste caso, ao mesmo tempo em que legitima a posição da Igreja Católica em relação aos homossexuais, traz para a chamada a “anomalia” que provavelmente não seria necessária se fossem outros os contextos e os motivos da recusa.



Em relação ao exemplo (iii), constatamos que o pânico moral e social originado nos Estados Unidos, quando do surgimento e proliferação dos casos de HIV/HVI entre a comunidade homossexual, ainda não foi esquecido e reverbera de forma nefasta no imaginário social ocidental. Aqui nós temos uma subversão da lógica. Quando se trata de falar sobre HIV, é regra ver matérias que tratam especificamente da comunidade gay e, quando se fala em outras populações, dá-se a ênfase de maneira oposta, de forma a alertar — e também, é preciso reconhecer, conscientizar — que a AIDS não é um privilégio uma exclusividade dos homossexuais. No entanto, a lógica heteronormativa do homossexual como o outro ainda está presente, posto que, neste caso, a naturalização do homossexual se dá pela via da negatividade, vez que o HIV seria um “privilégio” apenas deste grupo.

Por último, voltamo-nos no item (iv) à população mais marginalizada do seguimento segmento LGBT. Por que um assalto deixa de ser um assalto para ser um assalto praticado por travestis? Em que isto contribui para a compreensão do fato “assalto”? O fato teria obtido destaque em um dos maiores portais de notícia do país se as travestis como autoras fossem substituídas por “homens”? É importante destacar aqui que não estamos falando, neste momento, de

identidade homossexual, tal qual enfatizado desde o início do texto, mas demonstrando que, para além da homossexualidade, todas as formas de dissidências sexuais em relação à heterossexualidade são vistas como o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, através deste artigo, estabelecer vínculos entre teorias feministas no que diz respeito à permanente diferenciação da mulher em relação ao homem — que só existe em sociedade em oposição a este — e a questão das identidades heterossexuais e homossexuais como possuidoras destas mesmas diferenças e hierarquias. Entende-se aqui que gênero e sexualidade e a desconstrução de suas respectivas hierarquias e papéis rígidos de comportamento andam juntos.

Através da revisão da ideia das autoras feministas e da contribuição – vista eventualmente de maneira controvertida – de Richard Rorty, e da análise qualitativa de quatro manchetes veiculadas em importantes meios de comunicação do país, tentou-se demonstrar como a identidade heterossexual possui marcador neutro no que diz respeito a assuntos que não guardam relação com a orientação sexual, enquanto a homossexualidade é correntemente vista sob a ótica da diferença, de forma a subsidiar e reafirmar as bases de uma sociedade baseada



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

na heteronormatividade e no heterossexismo, demarcando as chamadas dissidências sexuais em quaisquer contextos de forma injustificada, notadamente, como dito anteriormente, naqueles fatos/notícias/autorias que em nada dizem respeito à orientação sexual.

Subverter a correlação explicitada neste texto constituiria uma das formas de desfazer a naturalização da heterossexualidade, estando a sociedade atenta às formas ocultas de reforço do discurso heteronormativo, posicionando o homossexual — e demais indivíduos LGBT — como produtos efêmeros da cultura e marcados pelo discurso do “outro”. É o que nos diz Olga (2006):

La mayoría de teorías sobre la homosexualidad sostienen la idea de que éste es un concepto reciente y que este tipo de conductas no eran percibidas en el pasado como propias y distintas de las del resto de la sociedad. Tal como han señalado Foucault (1989), McIntosh (1981), Vance (1989) y Weeks (1987), las identidades sexuales son categorías histórica y culturalmente contingentes. La

medicalización de la sexualidad durante el siglo XIX estableció un sistema de clasificación de la conducta individual, de la personalidad y de la autoidentidad del que resulta la acuñación del término homosexual y su consiguiente definición.

Destarte, ousando mais: uma revisão e um rompimento com o binarismo heterossexual/homossexual, categorias inventadas, classificadas e hierarquizadas pela Ciência Moderna e trabalhar com uma noção pós-identitária em que a humanidade não caiba em caixas classificatórias ou rótulos identificadores, mas que seja diversa, diferente e pluri-identitária - como bem disse Guacira Lopes Louro (2008) -, sem afastar as especificidades locais e interseccionalidades - raça e classe social, por exemplo - pode ser uma leitura contributiva interessante do feminismo latinoamericano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2001.

BORDO, Susan. **A feminista e o outro**. Revista de estudos feministas. 2000, v. 8, n. 1, p. 10-29. (Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9853/9086>). Acesso em: 03/05/2015.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York: Routledge, 1999.

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S. (Org.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. 1ª ed. Vitória: EDUFES, 2014, p. 171-183.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Ed. Graal, 1984.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e Abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GARGALLO, Francesca. Feminismo Latinoamericano. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. v.12 n.28 Caracas, 2007.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3.ed. Campinas, SP: Alínea. 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2012.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. Práticas educativas feministas. In: LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. P. 110-141. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa. **Latitude**, V. 7, n.º. 1, pp. 33-51, 2013.

NICHOLSON, Linda. **Interpreting Gender**. Washington University in St. Louis. (Disponível em <http://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1021&context=wgss>) Acesso em: 04/05/2015.

ORTNER, Sherry. **Está a mulher para o homem como a natureza para a cultura?** In: Michelle Rosaldo e Louis Lamphere (orgs.). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle **Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality** (Disponível online em <http://www.feminish.com/wp-content/uploads/2012/08/Rubin1984.pdf>). Acesso em: 03/05/2015

SCOTT, Joan. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review, Vol.91, No.5. (Disponível em http://facultypages.morris.umn.edu/~deanej/UMM%20Home%20Page/2001/Readings/Gender/Scott_Useful%20Category.pdf). Acesso em 04/05/2015.

VIÑUALES, Olga. **Identidades Lésbicas**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2006.